



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
Gabinete do Ministro da Fazenda  
Assessoria para Assuntos Parlamentares  
Coordenação de Demandas Parlamentares  
Esplanada dos Ministérios Bloco P, Gabinete do Ministro - 5º andar - Bairro Esplanada dos Ministérios  
CEP 70048-900 - Brasília/DF - (61) 3412-2571 - e-mail aap.df.gmf@fazenda.gov.br

Ofício SEI nº 161/2018/CODEP/AAP/GMF-MF

A Sua Excelência o Senhor  
Deputado RENATO MOLLING  
Presidente da Comissão de Finanças e Tributação  
Câmara dos Deputados, Anexo II, sala 136-C  
Brasília - DF

Assunto: **Of. Pres. nº 124/18-CFT, de 16.07.2018**

**PL 344/2015**

Senhor Deputado,

Refiro-me à correspondência acima indicada, por intermédio da qual foi remetido, para exame e manifestação, o Projeto de Lei nº 344/2015 e emendas, de autoria do deputado Capitão Augusto, que "Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências".

À propósito, encaminho a Vossa Excelência, de ordem do Senhor Ministro, o Memorando nº 574/2018- RFB/Gabinete, de 08 de outubro de 2018, elaborado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

Respeitosamente,

*Documento assinado eletronicamente*

**PHILIPPE BARBOSA**

Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares



Documento assinado eletronicamente por **Philippe Wanderley Perazzo Barbosa, Chefe da Assessoria para Assuntos Parlamentares**, em 09/10/2018, às 16:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.fazenda.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **1250814** e o código CRC **9FB6DAE9**.

---

Processo nº 12100.102096/2018-38.

SEI nº 1250814



Ministério da  
Fazenda



Receita Federal

Memorando nº 574 /2018 – RFB/Gabinete

Brasília, 08 de outubro de 2018.

Ao Senhor Assessor Especial de Assuntos Parlamentares do Ministério da Fazenda

Assunto: Memorando SEI nº 411/2018/SAAD/AAP/GMF-MF, de 17/07/2018. Referência: 12100.102096/2018-38. Estimativa do impacto orçamentário-financeiro do Projeto de Lei nº 344, de 2015, que Altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Encaminho anexa, para apreciação e demais providências, a Nota Cetad nº 141, de 20 de setembro de 2018, elaborada pelo Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros desta Secretaria da Receita Federal do Brasil, que analisou a proposição em epígrafe.

Atenciosamente,

*Assinado digitalmente*

JORGE ANTONIO DEHER RACHID

Secretário da Receita Federal do Brasil



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por CARLA ALMEIDA BRESCIA em 05/10/2018 09:33:00.

Documento autenticado digitalmente por CARLA ALMEIDA BRESCIA em 05/10/2018.

Documento assinado digitalmente por: JORGE ANTONIO DEHER RACHID em 08/10/2018.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 08/10/2018.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP08.1018.21087.AGS2**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**32A2AF6B8DBFF866BFB54856804B1F95955F60AAEEAB0E6143E223FD3B83ACAB**





Ministério da  
Fazenda



Receita Federal

**Nota Cetad/Coest nº 141 de 20 de setembro de 2018.**

**Interessado:** Gabinete da Receita Federal do Brasil

**Assunto:** Estimativa de impacto fiscal – PLC 344/2015.

*e-Dossiê 10030.000589/0718-11*

A presente Nota Técnica tem por objetivo analisar e demonstrar eventual impacto orçamentário-financeiro referente ao PL nº 344 de 2015, de autoria do Deputado Capitão Augusto (nome parlamentar), encaminhado ao Ministro da Fazenda por meio do Of. Pres. Nº 124/18 –CFT, de 16 de julho de 2018, posteriormente encaminhado ao Secretário da Receita Federal do Brasil através do memorando nº 411/2018/Codep/AAP/GMF-MF, o qual propõe alterar a Lei nº 12.826, de 22 de dezembro de 2003, para isentar do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) órgãos públicos, agentes de segurança pública, e outras categorias.

2. Trata-se de Projeto de Lei já analisado por este Centro de Estudos, no entanto, entendeu-se por bem nova análise, requerida pela Câmara dos Deputados, visto que houve emenda ao referido PL limitando a desoneração somente ao IPI.

3. O cálculo atual tomou por base o PL 344/15:

*Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.*

*Art. 2º O art. 11 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:*

*"Art. 11....."*

*§ 2º São isentas do pagamento das taxas previstas neste artigo e de todo e quaisquer tributos as pessoas e as instituições a que se referem os incisos I a VII e X e o § 5º do art. 6º desta Lei."*

*Art. 3º O Poder Executivo, com vistas ao cumprimento do disposto nos arts. 5º, II, 12 e 14 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, estimará o montante da renúncia fiscal decorrente do disposto nesta Lei e o incluirá no demonstrativo a que se refere o § 6º do art. 165 da Constituição, o qual acompanhará o projeto de lei orçamentária, cuja apresentação se der após a publicação desta Lei.*

*Art. 4º Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.*

*Parágrafo único. A isenção de que trata esta Lei produzirá efeitos a partir do primeiro dia do exercício financeiro imediatamente posterior àquele em que for implementado o disposto no art. 3º.*

4. A tabela 1 abaixo esboça a expectativa de renúncia fiscal do IPI incidente sobre armas de fogo, e abarca, além dos policiais, outras categorias profissionais, conforme especificado no projeto de lei.

**Tabela 1 - Renúncia IPI armas**

R\$milhões	
Ano	IPI
2018	43,37
2019	191,85
2020	209,42
2021	227,59

\* valores referentes ao último trimestre de 2018

5. O cálculo apresentou a seguinte metodologia:
- Utilizou-se para o cálculo, a quantidade de integrantes das categorias profissionais isentadas pelo Projeto de Lei 344/15 e que sejam declarantes do IRPF (relativa capacidade econômica para aquisição de armas);
  - Desta quantidade de declarantes, considerou-se que apenas 10% deles estariam utilizando esta isenção por ano, nem todos adquirirão arma no mesmo ano;
  - Foi utilizado para fins de cálculo, o preço médio de venda a varejo de uma pistola calibre 380 (base de cálculo) e alíquota de 45% de IPI.
6. O cálculo não levou em consideração quantas armas cada sujeito poderá adquirir (se seria esse número ilimitado), ou, de quanto em quanto tempo o adquirente pode comprar uma nova arma com isenção de IPI. Tais parâmetros não especificados afetam uma estimativa mais precisa.
7. O autor do Projeto de Lei em comento também sugere medidas compensatórias à desoneração proposta. A primeira sugestão seria uma compensação com o montante de arrecadação que geraria com o fim da desoneração das importações de aeronaves e embarcações cuja estimativa segue na tabela 2 abaixo.

**Tabela 2- Valores Isenção Importação de Embarcações e Aeronaves**

R\$ milhões					
Período	COFINS	PIS-PASEP	Imposto sobre Importação - II	IPI-Vinculado à importação	TOTAL
2019	642,16	139,42	275,99	233,51	1.291,07
2020	684,30	148,56	294,10	248,83	1.375,79
2021	727,25	157,89	312,56	264,45	1.462,16

8. A segunda proposta de compensação formulada pelo parlamentar seria a majoração das contribuições sociais (Cofins e PIS) incidentes sobre a venda de cigarros, elevando-se o coeficiente multiplicador de 2,9168 para 3,1066, para a Cofins, e de 3,42 para 3,64, para o PIS. A projeção dos valores (expectativa de aumento de arrecadação com a majoração do coeficiente multiplicador) encontra-se na tabela 3 abaixo.

**Tabela 3 - Potencial de Aumento Arrecadatário  
PIS/Cofins Alteração do coeficiente Multiplicador**

R\$ milhões			
	2019	2020	2021
Cofins	87,24	92,97	98,92
PIS	25,61	27,29	29,04
Total (Cofins+PIS)	112,85	120,26	127,96

São estas as considerações pertinentes.

*Assinado digitalmente*  
TIAGO AUGUSTO ALVES LACERDA  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

De acordo. Encaminhe-se ao Chefe do Cetad.

*Assinado digitalmente*  
ROBERTO NAME RIBEIRO  
Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil  
Coordenador da Coest

Aprovo a Nota. Encaminhe-se ao Gabinete do Secretário da Receita Federal do Brasil.

*Assinado digitalmente*

CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS

Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil

Chefe do Cetad





Ministério da Fazenda

## PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento produzido eletronicamente com garantia da origem e de seu(s) signatário(s), considerado original para todos efeitos legais. Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001.

### Histórico de ações sobre o documento:

Documento juntado por TIAGO AUGUSTO ALVES LACERDA em 02/10/2018 16:45:00.

Documento autenticado digitalmente por TIAGO AUGUSTO ALVES LACERDA em 02/10/2018.

Documento assinado digitalmente por: CLAUDEMIR RODRIGUES MALAQUIAS em 04/10/2018, ROBERTO NAME RIBEIRO em 02/10/2018 e TIAGO AUGUSTO ALVES LACERDA em 02/10/2018.

Esta cópia / impressão foi realizada por MARCIA CRISTINA MOREIRA GARCIA em 08/10/2018.

### Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP08.1018.21083.G7U7**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:  
**498D7C9FF5F1FFDC495E9C12250F88B67C7CE97AB96792D32301507CCD5A6930**

